

Economia Social e Pública

LUCCA SIMEONI PAVAN
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2018

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)

Economia Social e Pública

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E19 Economia social e pública [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-27-7
DOI 10.22533/at.ed.277180409

1. Cooperativismo – Brasil. 2. Economia social. I. Pavan, Lucca Simeoni.

CDD 334.0944

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo da economia tem como foco principal estudar as relações de eficiência da escolhas dos agentes. Este ramo da ciência trata da obtenção da melhor escolha por parte dos agentes econômicos dada as restrições que eles enfrentam. Em sua grande maioria, os estudos econômicos e, por sua vez, as decisões de políticas consequentes destes estudos, falham quando não levam em conta os impactos sociais de tais escolhas econômicas e como tais políticas transbordam para outros segmentos da sociedade que não foram vislumbrados no momento de formulação e aplicação de determinada política.

Estudos econômicos que coloquem ao centro questões sociais e públicas no conjunto de fatores influenciados por políticas e decisões econômicas são de fundamental importância na construção de uma sociedade próspera, justa e organizada. Por este fato, este livro compila excelentes estudos que abordam questões sociais e questões públicas conjuntamente com o ferramental propiciada pela ciência econômica. A ênfase principal dos artigos é tratar especificamente da economia solidária, e quais suas aplicação e interpretações de fenômenos econômicos esta metodologia proporciona e quais são suas contribuições para a interpretação das relações econômicas e sociais.

Nesta coletânea os estudos abordam as mais diferentes regiões do Brasil, tratando de questões regionais e da desigualdade econômica existente em nosso país. A localização é um fator destacado dentre os trabalhos contidos aqui. Por meio da Economia Solidária, estudou-se tanto a região urbana quanto a região rural, mostrando que a utilização da teoria da economia Solidária pode incorporar diversos aspectos da organização territorial. Outro aspecto relevante estudado são as questões econômicas e jurídicas referentes ao mercado de trabalho, que foram abordadas por meio das teorias Econômicas voltadas para as questões sociais e de interesse público.

Por fim, esta coletânea vem contribuir imensamente com o estudo da Economia Social e Pública, principalmente ao que se refere à questões de Economia Solidária e Arranjos ou Associações Produtivas. Sem dúvida o leitor terá em mãos excelentes referências para identificar temas de estudo, referências para pesquisas e autores identificados com o tema.

Lucca Simeoni Pavan
Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SENTIDOS DO TRABALHO: UMA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Gabriela Comissario Santos Susana Iglesias Webering	
CAPÍTULO 2	22
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: INTEGRANDO SOCIEDADE E ACADEMIA	
Roberto André Polezi Eduardo Avancci Dionisio	
CAPÍTULO 3	36
TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE OSTRAS DE CANANÉIA: TRADUÇÕES E RESILIÊNCIA	
Ingrid Cabral Machado Newton José Rodrigues da Silva	
CAPÍTULO 4	64
O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	
Elenize Freitas Avelino Roberta Monique da Silva Santos	
CAPÍTULO 5	70
CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NATAL - RN NA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIADOS: UM ESPAÇO DE INCLUSÃO FAMILIAR, SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE?	
Rivânia Maria Pinto Rodrigues Gonzalez Canejo Erika Araújo da Cunha Pegado	
CAPÍTULO 6	79
ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS ORGÂNICOS DE BOA VISTA – RR (HORTIVIDA): PLANTANDO E COLHENDO SOB A ÉTICA DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA.	
Dayana Machado Rocha Cleane da Silva Nascimento Márcia Teixeira Falcão Emerson Clayton Arantes	
CAPÍTULO 7	92
MODELO TEÓRICO DE ORGANIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO COLETIVA DE ARTESANATO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARTESÃS DA ÁREA RURAL DE MONGAGUÁ/SP ¹	
Newton José Rodrigues da Silva Marisa Vicente Catta-Preta Thais Maria Muraro Silva Mariany Martinez dos Santos	

CAPÍTULO 8	124
LAVANDERIA 8 DE MARÇO, SANTOS/SP: UMA EXPERIÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DE MULHERES	
Márcia Silveira Farah Reis	
Newton José Rodrigues da Silva	
CAPÍTULO 9	159
ECONOMIA SOCIAL SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS	
ECONÔMICOS LOCAIS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO,	
MANAUS, AMAZONAS	
Duarcides Ferreira Mariosa	
Luciana Melo Felix da Silva	
CAPÍTULO 10	168
ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS, LEGAIS E TRIBUTÁRIOS DOS EMPREENDIMENTOS	
SOLIDÁRIOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Arlete Cândido Monteiro Vieira	
Roney Rezende Rangel	
CAPÍTULO 11	186
QUADRO TEÓRICO DE APOIO À ATUAÇÃO DE EXTENSIONISTAS PARA O FORTALECIMENTO	
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Newton José Rodrigues da Silva	
Abelardo Gonçalves Pinto	
Edna Ferreira Maddarena Lopez	
Olivier Mikolasek	
SOBRE O ORGANIZADOR	222

LAVANDERIA 8 DE MARÇO, SANTOS/SP: UMA EXPERIÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DE MULHERES

Márcia Silveira Farah Reis

Psicóloga. Secretária de Assistência Social.
Prefeitura Municipal de Santos. E-mail:
marciasfreis@gmail.com.

Newton José Rodrigues da Silva

Zootecnista, Dr., Coordenadoria de Assistência
Técnica Integral/Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo. Fórum
de Economia Solidária da Baixada Santista.

RESUMO: O presente artigo aborda o papel do poder público para inclusão socioeconômica e valorização de mulheres fragilizadas, em situação de vulnerabilidade e risco. Foi realizado um estudo de avaliação de políticas públicas do projeto Lavanderia 8 de Março implantado pela Prefeitura de Santos no período compreendido entre 2005 e 2017. Utilizou-se a metodologia do Conseil Scientifique de l'Évaluation. Foram avaliadas a pertinência, eficácia e impactos do projeto, considerado três grupos de ações implementadas: disponibilização de infraestrutura, formação das integrantes e apoio às relações interpessoais, representado neste caso pela terapia comunitária e dos grupos operativos, adotados como referenciais facilitadores. Concluiu-se que o projeto é pertinente e apresenta eficácia. Os efeitos são positivos para inclusão socioeconômica. Porém, deve-se trabalhar continuamente

as relações interpessoais voltadas para os valores e princípios da economia solidária. Além disso, é de fundamental importância que gestor e integrantes do empreendimento econômico solidário mobilizem profissionais com diferentes competências para formar uma rede sociotécnica de apoio para viabilizar o empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária, economia feminista, lavanderia, avaliação de políticas públicas

ABSTRACT: This article focus on the role of public power in socioeconomic inclusion and recognition of vulnerable women currently in situations of vulnerability and risk. A study was carried out to evaluate the public policies of Lavanderia (Laundry) 8 de Março Project, implemented by Santos City Hall in the period between 2005 and 2017. For such evaluation, the methodology derived from the Conseil Scientifique de l'Évaluation was used. The relevance, effectiveness and impacts of the project were assessed, considering three implemented groups of actions: provision of infrastructure, training of the members and support to interpersonal relationships, represented in this case by community therapy and operating groups, adopted as facilitators. It was concluded that the project is relevant and effective. The effects are positive

for socioeconomic inclusion. However, we must continually work on interpersonal relationships, focusing on the values and principles of solidarity economy. In addition, it is of fundamental importance that the management and members of the solidarity economy enterprise mobilize professionals with different skills to form a social support network, enabling the program.

KEYWORDS: solidarity economy, feminist economy, laundry, public policies evaluation

1 | INTRODUÇÃO

Há uma crescente participação feminina no mercado de trabalho formal. Entretanto, emerge uma situação desfavorável para as mulheres: a “dupla jornada de trabalho”. A mulher chefe de família lida com uma realidade desigual e com diversas formas de discriminação e violência, o que caracteriza um atentado aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. O homem, quando responsável pelo domicílio, dispõe quase sempre da gestão compartilhada com a mulher que, por sua vez, experiencia situação oposta quando assume a responsabilidade. Considerando a cidade de Santos, em sua área central, esta é a realidade de uma concentração expressiva de mulheres que, além disso, estão em situação de vulnerabilidade, são pobres ou extremamente pobres, com baixa escolaridade ou nenhum nível de escolaridade, sem qualificação ou capacitação profissional, faixa etária de difícil colocação no mercado de trabalho em sua quase totalidade, mas que são responsáveis pelo sustento de suas famílias. Há ainda que se levar em consideração que existem outros agravantes para inserção dessas mulheres no mercado de trabalho formal, que estão relacionados ao preconceito relativo às suas histórias de vida, ao local de suas residências e por serem vistas como parte de uma população considerada itinerante, sem vínculos com a cidade e até mesmo com a sociedade.

Partindo da compreensão de que a vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, com causas e consequências distintas, obtém-se uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem este segmento da população santista, bem como das possibilidades de sua superação ou minimização. Nessa perspectiva, a Prefeitura Municipal de Santos, em 2006, elaborou um projeto de geração de postos de trabalho e renda para mulheres, que foi intitulado Lavanderia 8 de Março, pensado para ser um instrumento importante para o início da mudança desse quadro. O seu nome tem como referência ao dia Internacional da Mulher.

Historicamente a cultura patriarcal criou um conjunto de papéis para os gêneros, delegando à mulher a incumbência do serviço doméstico, cuidado das crianças, velhos e incapacitados. Implementou um conjunto de regras para orientar e disciplinar a conduta da mulher, que aprende desde criança a se tornar responsável pelas atividades domésticas de forma solitária. A necessidade econômica, e muitas vezes o abandono, acrescenta às tarefas da mulher a responsabilidade de manter a família financeiramente, buscando alternativas de subsistência no mercado de trabalho, sem,

no entanto, diminuir suas atribuições familiares.

Diante das dificuldades do cotidiano, o “agregar-se” torna-se uma necessidade e uma realidade observada nos cortiços, através de Associações, Centros Comunitários, Igrejas etc., prática que viabiliza a inserção no trabalho coletivo e grande possibilidade de adesão ao projeto das lavanderias coletivas e aponta para o que, inicialmente seria uma atividade opressora se tornar um fator de libertação.

O projeto “Lavanderia 8 de Março” inicialmente teve o intuito de capacitar mulheres no processo de lavagem, secagem e passadoria de roupas. Nesse espaço, elas poderiam atender sua clientela e, concomitantemente, utilizá-lo para o asseio de roupas da sua família, ou seja, tornar possível uma atividade remunerada sem distanciar-se da família, grande preocupação da maioria das mulheres sem condições de creche ou escola em tempo integral ou de cuidadores para os enfermos e idosos. A prefeitura disponibilizou infraestrutura para que as mulheres pudessem desenvolver atividade econômica através da prestação de serviço de lavanderia objetivando a melhoria da qualidade de vida e valorização do trabalho de modo que, paulatinamente, se tornasse cooperado e solidário. Este trabalho tinha o objetivo de contribuir com a construção de uma sociedade baseada em parâmetros de valorização da cidadania plena e real das mulheres, do respeito às diferenças e a autonomia de cada pessoa, no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Partiu-se do princípio de que necessário devolver a estas mulheres dignidade, não só profissional, mas principalmente a dignidade humana, uma vez que a maioria dos domicílios dessa região não contavam nem mesmo com tanques de lavar roupas, ou quando existiam tinham muitas outras finalidades de uso, e são compartilhados como outros moradores dos cortiços.

A implantação da Lavanderia 8 de Março se deu na região central do município de Santos, local de residência das mulheres pobres ou extremamente pobres, onde se concentra expressiva quantidade de comércio dos mais variados segmentos, tais como: escritórios de advocacia, Poupatempo, Defensoria Pública, Fórum Municipal, Prefeitura Municipal, restaurantes, bares, lanchonetes, hotéis, empresas da área portuária e outros. Esse fato favorecia a aceitação e expansão desses serviços, haja vista, a necessidade de uma lavanderia próxima do serviço das pessoas que trabalham nesta região. A falta de quintais que permitem a secagem natural das roupas, a proliferação de apartamentos de pequenas dimensões, o aumento de pessoas sozinhas e/ ou descasadas, e o crescimento da força de trabalho feminina, possibilitam a procura por serviços de lavanderia.

Considerando que a Lavanderia 8 de Março evoluiu para um empreendimento econômico solidário com integrantes que estavam à margem da sociedade, tornou-se um caso a ser estudado para compreensão da sua trajetória. Dessa forma, o presente artigo tem o objetivo de avaliar o projeto enquanto ação de inserção socioeconômica de mulheres que viviam em situação de pobreza e extrema pobreza e tirar ensinamentos que possam fundamentar outras ações similares.

2 | CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA CIDADE DE SANTOS

Segundo dados do IBGE de 2010, a cidade de Santos, localizada no litoral de São Paulo, tinha 419.400 habitantes e é o município mais importante do ponto de vista econômico da região metropolitana da Baixada Santista (IBGE, 2017). Santos, também em 2010, apresentava IDH de 0,840 – considerado muito alto na classificação do PNUD – sendo o sexto do Brasil (PNUD, 2017). O PIB per capita de Santos é de R\$ 31.713,60, pouco maior que o do Estado de São Paulo, R\$ 31.383,79, e muito maior que o do Brasil, R\$ 20.371,64 (IBGE, 2017). Verifica-se, porém, que a ótima posição ocupada pela cidade em termos de IDH e PIB per capita não impede a existência de parcela significativa da população vivendo com baixa qualidade de vida. Habitantes de 7.800 domicílios têm renda per capita de até meio salário mínimo, correspondendo a 5,5% do total de domicílios. Há 0,60% de extremamente pobres e 2,39% de pobres (CDHU, 2002).

Em 2017, o Cadastro Único da Assistência Social apresenta 17.947 pessoas com renda per capita mensal com a seguinte distribuição: 6.232 com até R\$ 85,00; 2.393 de R\$ 85,01 a R\$ 170,00; 4.527 com renda de R\$ 170,01 a R\$ 468,50 e 4.795 com renda per capita acima de R\$ 468,50 (MDS, 2017). Assim, os extremamente pobres e pobres representam 2% da população. Atente-se que são pessoas que ganham até 4,5% do salário mínimo necessário para agosto de 2017, ou seja, R\$ 3.744,83, conforme calculado pelo DIEESE (2017). O paradoxo de Santos é resultado da péssima distribuição de renda, com um agravante: de 1991 a 2010, enquanto o Coeficiente de Gini do Brasil diminuía de 0,58 para 0,53 (IBGE/PNAD, 2017), o de Santos aumentava de 0,52 para 0,55. (PNUD - Atlas Brasil, 2017).

O Plano Diretor de Santos de 2013 (Prefeitura Municipal de Santos, 2017a), aponta que 54,2% da população de Santos são mulheres, o maior percentual dentre as cidades brasileiras, que apresentam média de 51%. As mulheres economicamente ativas representam 25% da população. Já a taxa de desemprego da população economicamente ativa em março de 2015, foi de 12,2%, não mostrando distorção entre a questão de gênero (mulheres 12,2%; homens 12,3%). O mesmo Plano Diretor assinala um rendimento per capita significativo na região da Orla - bairros José Menino, Pompéia, Gonzaga, Boqueirão, Embaré, Aparecida, Ponta da Praia - onde o rendimento varia na faixa predominante de R\$1.866,00 a R\$6.222,00. Destaca-se que na área central, principalmente nos bairros Vila Nova e Paquetá, a renda per capita está entre 0 e R\$622,00, onde se situam a maioria dos cortiços. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego, elaborada pelo NESE (2017), este quadro era totalmente desfavorável para as mulheres no ano de 2006, quando o desemprego geral era 16,8%, sendo no gênero masculino, 13,7% e no feminino 20,1%. A Figura 1 apresenta o Índice de Autonomia de Renda (IAR) em Santos no ano de 2000 (NESE, 2017). Quanto maior o índice, maior a renda. Ressalte-se que a situação de desigualdade social entre os anos de 2000 e 2013 na cidade de Santos não se alterou.

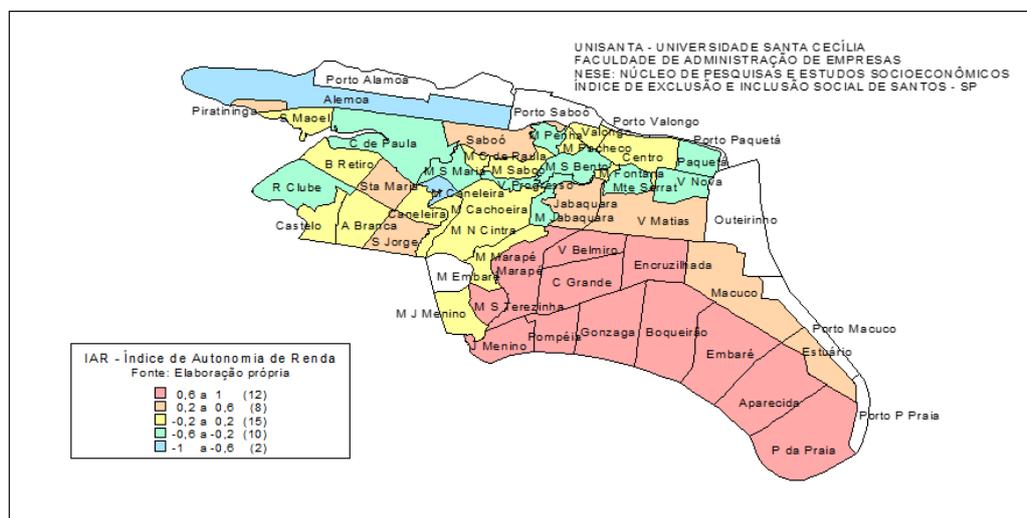


Figura 1. Índice de Autonomia de Renda por Bairro da Cidade de Santos/SP em 2000

Fonte: Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos da UNISANTA-Universidade Santa Cecília, de Santos/SP (2017)

Em 2016, a Prefeitura Municipal de Santos (2017b), através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, elaborou o Diagnóstico do Uso do Solo Centro de Santos. Neste estudo observou-se que na região central, em 1950, residia 28% da população total de Santos. Em 2010, a população da Área Central estava reduzida a 1%. Nestes 29 anos houve uma generalizada perda de dinamismo econômico; o comércio varejista diminuiu 26,5% e o atacadista 35,0%. Acrescenta-se que o número de cortiços aumentou significativamente, 258% de 1985 a 2014.

Os cortiços são habitações em casarões antigos do entorno dos bairros Paquetá e Vila Nova, onde viviam famílias nobres entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Essas moradias têm condições sub-humanas e são de aluguel, possuem apenas um cômodo bastante reduzido e as famílias que ali moram dividem o mesmo banheiro e a mesma cozinha. A maioria dos moradores, 69,5%, prepara suas refeições dentro das moradias e, como o número de cômodos é exíguo, seus ocupantes são obrigados a usar fogão ou fogareiro em um compartimento também utilizado como quarto. A preparação de alimentos no mesmo espaço de descanso representa um fator de risco para todos os moradores do cortiço, pela proximidade com os botijões de gás (Novo Milênio, 2017).

“Dono da chave” é o nome que se dá ao sublocador do casarão, função muito comum na região central. Ele aluga a casa do proprietário, divide os cômodos e aluga os quartos, geralmente com 10, 12 cômodos, para as famílias. Quanto mais cômodos a casa oferecer, maior o rendimento do “dono da chave”, pois o aluguel repassado ao proprietário do casarão é único. O preço dos cômodos é sempre abusivo. As condições de vida precárias, com baixa condição de ventilação e insolação, e utilização coletiva das instalações hidráulicas. Neste tipo de moradia não há relação contratual, não requer fiadores e há o anonimato de alguns moradores como prostitutas e fugitivos da justiça, propiciando que o “dono da chave” explore mais ainda pelo espaço alugado.

Os cortiços são territórios com regras específicas de convivência. Entre os moradores há uma certa cumplicidade e solidariedade. A relação entre o “dono da chave” com o “inquilino” está centrada no poder. Se o “inquilino” não agrada ao “dono da chave”, certamente não permanecerá no cômodo. Normalmente, a população encortiçada não tem sentimento de pertencimento em relação à sua moradia. A decomposição do imóvel afeta diretamente as pessoas, pois é visível a degradação humana e baixa autoestima dos moradores. A Lei Municipal 688 da Prefeitura Municipal de Santos de 2010 (PMS, 2017c) definiu 221 imóveis como cortiço, mas não realizou qualquer pesquisa qualitativa sobre as condições de vida da população encortiçada.

O último estudo feito na região encortiçada da região Central foi em 2000, com o objetivo de permitir o entendimento do problema do encortiçamento e contribuir para a definição de diretrizes para a implantação de projetos sociais (CDHU, 2002). Os dados indicaram maior presença de população jovem e predominância de alguns tipos de arranjo familiar, destacando-se a significativa proporção de mulheres chefes de famílias. A maior parte da população encortiçada é de origem local, residindo em Santos há mais de quinze anos. Do ponto de vista socioeconômico, a situação das famílias pesquisadas é bastante vulnerável, uma vez que mais de dois terços dispunham de até três salários mínimos de renda total. Além disso, as principais fontes da renda do chefe de família provinham de pensão ou aposentadoria, do assalariamento sem carteira assinada e do trabalho autônomo. Parcela significativa dos chefes de família -16% das famílias dos cortiços - não tinha grau de instrução algum. Próximo a 70% possuíam ensino fundamental incompleto, 68% dos chefes de família estavam ocupados, 10,4% encontravam desempregados e 21,5% não trabalham por outros motivos. A aposentadoria ou pensão, 23,1%, e o assalariamento com registro em carteira de trabalho, 19,9%, são identificadas como fontes principais de renda para parcela elevada de chefes de família. Porém, o percentual de chefes com inserção precária no mercado de trabalho atingia mais de um terço, com 22,7% dos chefes exercendo trabalho autônomo e 11,2% trabalhando sem registro em carteira. Além disso, 58,5% dos casais com filhos ganhavam até três salários mínimos e 41,5% recebiam entre 3 e 10 salários mínimos. Considere-se que, à época, ano 2000, o salário mínimo correspondia a apenas 15,0 % do salário mínimo necessário para atender ao Art. 7º.-IV da Constituição Federal. Vale destacar, ainda, que a maioria das pessoas sozinhas, 76,3%, e das famílias monoparentais simples, 69,2%, ou ampliadas, 50,0%, não ultrapassava o patamar de até três salários mínimos. Do total de famílias, 68,5% eram chefiadas por homens, indicando alta proporção daquelas chefiadas por mulheres, que suplantavam os 30%. As famílias mono parentais simples e as ampliadas (chefe com filhos) apresentam proporção mais elevada de chefia feminina, com 75,0% e 88,9%, respectivamente.

Foi nesse quadro, na área central da cidade, onde a Prefeitura Municipal de Santos implantou a Lavanderia 8 de Março.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

Para avaliação do projeto utilizou-se o quadro teórico e metodológico de avaliação de políticas públicas do órgão francês denominado Conseil Scientifique de l'Évaluation (1996), utilizado por Silva (2008), por possibilitar a compreensão da lógica de ação do poder público e os efeitos das ações realizadas.

Os termos programa e política pública, apesar de serem frequentemente utilizados como referências às ações governamentais, apresentam diferenças que não são somente de ordem semântica, mas sobretudo de concepção. O primeiro termo, refere-se a uma sequência de ações limitadas no tempo em que os meios para a sua execução e os seus objetivos são bem definidos. O segundo, a uma totalidade complexa de programas e procedimentos que têm o mesmo objetivo geral. Muller (2003) afirma que uma política pública é uma ação governamental em um setor da sociedade situado em determinado espaço geográfico. O mesmo autor considera que uma política pública é constituída por uma totalidade de medidas concretas que se inscreve em um quadro geral de ação, o que permite a distinguir de uma ação isolada. Afirma ainda que a política pública tem um público definido, isto é, grupos ou organizações cuja situação é afetada pelas ações, que obrigatoriamente têm objetivos a alcançar. Rodrigues (2010) afirma que as políticas públicas são desenhadas por atores políticos que, ao exercerem suas funções, mobilizam os recursos necessários para realizá-las. Os atores políticos podem ser individuais ou coletivos e públicos ou privados.

A avaliação de programas e políticas públicas tem como base a pesquisa em ciências sociais aplicada ao estudo das políticas e seus efeitos sobre a sociedade. Porém, a avaliação é mais ampla do que esta e tem por objetivo fazer com que os resultados e conhecimentos produzidos construam um julgamento de valor para que os governantes e a população tenham referências sobre os fatores que determinaram o sucesso ou o insucesso de determinada ação e possam interferir nos processos para corrigir procedimentos e/ou elaborar novas políticas e programas.

A avaliação pode ser implementada para atividades, serviços, organismos, projetos, programas e políticas. Na maioria dos países predomina a avaliação de programas e projetos e não de políticas. De forma geral, a avaliação é mais fácil de ser realizada quando se trata de um programa ou projeto, pois sendo ações simplificadas, os instrumentos e mecanismos para a sua execução e os seus resultados são mais visíveis. No entanto, a opção em avaliar um programa ou projeto pode provocar um negligenciamento da compreensão das influências de outras ações públicas que, eventualmente, ocorrem ou ocorreram simultaneamente e que foram implementadas no mesmo território e para a mesma população. Os efeitos dos programas implantados anteriormente também podem influenciar os resultados de ações públicas em curso. Portanto, a abordagem histórica da intervenção governamental e seus efeitos, da trajetória da população e das transformações na ocupação dos territórios é de grande

importância na avaliação de programas, projetos e políticas (Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996).

A avaliação pode ser realizada em diferentes momentos do ciclo de vida da política, programa ou projeto, sendo denominada *ex-ante*, quando o estudo tem caráter prospectivo quanto a sua viabilidade e impacto. Proporciona a geração de informações para decidir se a política deve ser implementada ou não. Portanto, é realizada na fase de elaboração da política. A avaliação concomitante é feita simultaneamente à execução das ações e tem por objetivo fazer correções durante as etapas em curso. A avaliação *ex-post* é realizada após a implantação da política, ocorrendo alguns casos em que é feita muito tempo após o seu fim e tem como objetivos a apreciação da durabilidade do seu impacto sobre as condições que se desejava mudar. Com base nas informações da avaliação pode-se, ainda, tomar a decisão de continuar ou não a implementar o tipo de projeto avaliado e, em caso positivo, utilizando os mesmos mecanismos ou definindo outros (Cohen & Franco, 1993; Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996; Guéneau, 2001).

3.1 O projeto de avaliação e os resultados que serão medidos

Nas proposições do Conseil Scientifique de l'Évaluation (1996), as ações relacionadas à avaliação devem ser previstas em projeto no qual define-se o território, instituições, período, os objetivos relacionados à política pública e os referenciais de análise dos resultados, que podem ser elaborados de acordo com os objetivos oficiais¹ ou aqueles que são latentes. O aspecto mais importante da avaliação da ação pública é exatamente a identificação dos seus efeitos. Toda política que objetiva transformar a condição da sociedade interfere nas evoluções intrínsecas à mesma, ou seja, endógenas, assim como estabelece interações com fatores exógenos, principalmente com origem no contexto econômico que é resultado de outras políticas públicas. Muitas vezes é difícil quantificar as relações existentes entre a ação pública e os seus efeitos, visto que há uma complexidade de fatores que agem no seio da sociedade estabelecendo verdadeiros sistemas. No entanto, a avaliação deve esforçar-se para compreendê-los e estabelecer as ligações entre os mecanismos que provocam os efeitos constatados.

Em função do referencial escolhido, deve-se identificar os efeitos da política, programa ou projeto que se deseja avaliar e, se possível, medir. O sucesso ou o fracasso da política pode ser avaliado considerando se os seus objetivos foram alcançados, ou seja, de acordo com os seus efeitos diretos e, também, considerando os efeitos indiretos sobre a sociedade. Comumente, são utilizados indicadores de resultados para a realização da avaliação.

1- É a situação que se deseja obter ao final do período de duração da política pública, mediante a aplicação dos recursos e da realização das ações previstas (Cohen & Franco, 1993).

3.2 Os indicadores de resultados

Os indicadores de resultados são medidas cujos valores fornecem uma indicação incompleta, mas útil sobre um fenômeno que se busca apreciar. Para compreender uma situação complexa, é necessário utilizar diversos indicadores, que podem ser de natureza quantitativa ou qualitativa. O ideal é que sejam utilizados indicadores dos dois tipos na avaliação. As informações quantitativas são mais fáceis de serem coletadas do que aquelas de caráter qualitativo. Qualificar um fato quando não se pode quantificá-lo é de grande importância e se constitui em uma informação também de confiança. Cada ação gera os seus próprios indicadores que podem ser técnicos, econômicos ou organizacionais, quando quantitativos. Como aspecto de fundamental importância da abordagem qualitativa na avaliação, é a percepção do público alvo quanto aos procedimentos de elaboração, implementação e os efeitos da política.

3.3 O que avaliar em uma política: eficácia, impacto, pertinência e eficiência

a) Eficácia

Analisar a eficácia das políticas públicas consiste em comparar os objetivos traçados e os resultados alcançados, identificando as diferenças entre o que foi realizado e o que estava previsto. Dessa forma, a eficácia é medida de acordo com os efeitos próprios da política. Essa análise se apóia sobre a focalização dos fatores suscetíveis de explicar a capacidade da política em agir sobre o sistema de exploração local. Portanto, a eficácia é o resultado da interação entre uma intervenção exógena e uma dinâmica social endógena. Uma política pode apresentar resultados diferentes quando aplicada em mais de um local, visto que as diferenças entre as características sócio-demográficas dos beneficiários, dinâmicas socioeconômicas locais, organização das instituições públicas, formação dos servidores públicos, instrumentos de ação e competência da direção política da intervenção, podem estabelecer interações entre si e influenciar os resultados.

Em diversas situações, a realização desse estudo torna-se difícil pelo fato de muitas ações públicas não terem os objetivos bem definidos ou mesmo não haver registro dos resultados alcançados. Há dificuldade em conduzir um estudo de eficácia se não existe a possibilidade de relacionar os resultados obtidos e os objetivos de partida da ação. No entanto, o mais importante é compreender as mudanças que a política produziu na sociedade. A principal resposta a ser respondida é: o que teria ocorrido se a política não fosse implantada? Ou, ainda, a política implementada transformou as condições de vida do público alvo? Para responder a essas questões, deve-se identificar a relação de causa entre uma política, programa ou projeto e os efeitos sociais que produziram (Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996; Loué *et al.*, 1998; Guéneau, 2001).

b) Impacto

Os efeitos de uma política sobre a sociedade não se limitam àqueles que foram previstos e são esperados ou, pelo menos, desejados, de acordo com os seus objetivos. A avaliação deve considerar os efeitos colaterais, sejam eles positivos ou negativos, que a política pode acarretar. Analisar o impacto é apreciar todos os efeitos que foram produzidos com a ação, sejam eles de caráter técnico, econômico, político, ambiental e social (Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996; Guéneau, 2001). Miles & Huberman (2003) chamam os efeitos indiretos de secundários, por estarem distantes da intenção original do projeto e enfatizam a necessidade de considerar, na avaliação, os efeitos indesejáveis, visto que são inerentes a qualquer iniciativa humana, em qualquer área de atuação. A análise de impacto das políticas públicas deve ser ampla e considerar os seus efeitos sobre os homens e os territórios que eles ocupam, pois elas são direcionadas para um sistema complexo.

c) Pertinência

A primeira condição de sucesso de uma política é que ela responda corretamente às necessidades que se manifestam. Durante a elaboração das políticas deve-se determinar da forma mais precisa possível os fatores e mecanismos responsáveis pela ocupação e transformação dos territórios para que as ações sejam direcionadas ao apoio das atividades capazes de minimizar ou colocar fim aos problemas detectados. Além de considerar o exposto, a análise de pertinência considera também até que ponto uma política, por sua filosofia e por seus métodos, é suscetível de alcançar ou não os objetivos que foram fixados (Loué *et al.*, 1998). A pertinência de uma política é proporcional à combinação de fatores, como real participação do público alvo na sua elaboração, execução e avaliação, assim como a competência e engajamento da equipe técnica responsável pela condução do processo.

d) Eficiência

Analisar a eficiência do ponto de vista do custo/benefício é comparar os resultados alcançados com os custos da execução de determinada política. Constitui-se em calcular o custo/benefício considerando os recursos do Estado e também aqueles de origem das comunidades, ou seja, os recursos próprios. A análise da eficiência no sentido custo-eficácia consiste em comparar os custos necessários para alcançar um certo nível de resultado para diferentes políticas. Esse cálculo pode também ser denominado custo de oportunidade de uma política pública, ou seja, é a análise dos resultados que poderiam ser obtidos com a implementação de uma outra política com os mesmos recursos. Ambas as análises são difíceis de serem realizadas pelo fato de muitos governos não realizarem um efetivo controle dos gastos durante a implantação das ações ou não deixarem em seus arquivos os registros realizados, o que prejudica a avaliação *ex-post*. Portanto, é mais comum que seja realizada a análise de eficácia. Por outro lado, a análise do custo/benefício de algumas políticas torna-se impossível

quando o resultado é algo que é imensurável, como a vida humana, por exemplo (Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996; Guéneau, 2001).

3.4 O mecanismo de ação e contexto

O procedimento de avaliação das políticas públicas não deve considerar somente os recursos humanos e econômicos mobilizados para sua implantação, limitando-se às análises de confrontação dos resultados com os objetivos do projeto, pois transformaria as políticas em verdadeiras «caixas-pretas» e se conheceriam somente os procedimentos para sua elaboração, que seriam as entradas, e os efeitos dos seus resultados, as saídas. Portanto, o conhecimento do conteúdo de tais «caixas», ou seja, os mecanismos internos da ação não seriam conhecidos. Da mesma forma que se deve concentrar esforços para ter conhecimento dos mecanismos de ação, a influência dos fatores contextuais nos resultados das políticas implementadas deve ser igualmente conhecida, pois existem interações destes fatores com os aspectos locais que podem definir os seus resultados (Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996).

4 | PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O procedimento metodológico utilizado para a coleta de dados é a observação participante, que combina simultaneamente a análise documental, entrevistas a respondentes e informantes, participação e observação direta e introspecção (Lüdke e André, 2013). A análise foi realizada com fundamentação no referencial teórico e metodológico de avaliação de políticas públicas do Conseil Scientifique de l'Évaluation (1996).

5 | RESULTADOS

A trajetória da Lavanderia 8 de Março foi periodizada de acordo com o seu estágio de desenvolvimento, considerando aspectos concernentes à organização do empreendimento, aperfeiçoamento técnico para a higienização de roupas e eventos de caráter político que contribuiriam para que ocorressem mudanças. Assim, foram detectados a ocorrência de quatro períodos, sendo: 2000 a 2005; 2006 a 2008; 2009 a 2013 e 2014 a 2017. O ano de 2006 foi escolhido por ser aquele que ocorreram os primeiros estudos que embasaram a implantação da Lavanderia e 2017 por ser o ano em que foi finalizado o presente trabalho.

5.1 Período de 2000 a 2005: os estudos sobre a área central de Santos

Esse período é caracterizado pela realização de um estudo que evidenciou a situação de pobreza e extrema pobreza da população que habita a área central de

Santos. Fundamentado nos resultados do referido trabalho decidiu-se pela implantação de uma lavanderia, como explicitado no Quadro 1.

Ano	Evento	Efeito
2000	Pesquisa da CDHU sobre a problemática dos cortiços	Constatação de índice elevado de pessoas, principalmente mulheres, em situação de extrema vulnerabilidade
2005	Partido da Coligação do Prefeito apresentou a proposta para criar uma Lavanderia no Centro da Cidade de Santos, cujo objetivo era as moradoras poderem lavar suas roupas	Proposta aceita e encaminhada para a Secretaria de Assistência Social para estudar a viabilidade

Quadro 1. Principais eventos e seus efeitos na trajetória da Lavanderia 8 de Março entre 2000 e 2005

A pertinência da realização do estudo é evidente. Porém, a proposta de implantação de um equipamento para as moradoras lavarem as suas próprias roupas tem caráter paliativo, pois resolveria um problema específico da vida das pessoas envolvidas. Dessa forma, não aportaria qualquer novidade que objetivasse mudança socioeconômica estrutural, considerando as relações entre as pessoas ou a geração de renda. Trata-se de uma proposta vertical descendente que partiu de pessoas ligadas a um partido político e não se tratava de uma ação fundamentada nos princípios e valores da economia solidária. Observa-se que seria de grande importância se fosse estabelecido um processo participativo com a população que se queria trabalhar para definir uma política pública de inclusão socioeconômica que abordasse diferentes áreas: saúde, educação, moradia, geração de renda. A pertinência de um projeto está relacionada, principalmente, à participação dos beneficiários na sua elaboração, execução e avaliação. Dessa forma, o projeto Lavanderia 8 de Março, nome dado por aqueles que o propuseram, passa para da fase de elaboração e implantação sem propor mudanças efetivas. Assim, sua pertinência não é verificada.

5.2 Período de 2006 a 2008: identificação de mulheres para integrar o empreendimento

Em 2006, a Secretaria de Assistência Social (SEAS) da Prefeitura de Santos, em conjunto com a União Brasileira de Mulheres (UBM), reescreveram o projeto e Lavanderia deveria ser um empreendimento econômico solidário. Houve a captação de R\$ 50.000,00 em atendimento a um edital da Petrobrás. Estabeleceu-se uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Santos, por meio da Secretaria de Assistência Social (SEAS), a União Brasileira de Mulheres (UBM) e a Petrobrás – Programa Remar (Refinaria Presidente Bernardes). A SEAS e a UBM disponibilizaram duas gestoras, uma de cada órgão, que eram responsáveis pela elaboração do projeto e acompanhamento das atividades e objetivavam o aprimoramento e crescimento profissional das mulheres que participariam da Lavanderia. Deveriam trabalhar para fortalecer a participação ativa das mesmas na gestão do projeto, proporcionando transparência e monitoramento das ações. Já a administração dos recursos aprovados para a execução do projeto ficou sob a responsabilidade da UBM. O Quadro 2 mostra os eventos

e seus efeitos do período.

	Eventos	Efeitos
2006	Estudo de viabilidade para implantação da lavanderia	Projeto reescrito com a proposta de Inclusão produtiva – Parceria Prefeitura Municipal de Santos e União Brasileira de Mulheres. Prefeitura Municipal de Santos cede espaço para implantar o Projeto e assume as despesas com água, luz, telefone e servidor para desenvolver as ações governamentais.
	Projeto encaminhado para PETROBRAS / REMAR e HSBC	Projeto contemplado pela PETROBRAS – R\$50.000,00. União Brasileira de Mulheres se responsabiliza por gerenciar a verba da PETROBRAS e por desenvolver atividades em parceria com a Prefeitura Municipal.
2007	Reuniões com entidades da cidade e realização do seminário “Cooperativismo: no caminho de uma nova sociedade”.	Obtenção de apoio das seguintes instituições: Universidade Católica de Santos; Observatório da Mulher; Fórum da Cidadania de Santos; Prefeitura Municipal de Santos; União Brasileira de Mulheres; Sindicato dos Operários Portuários de Santos e Região e Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo.
2008	Cessão do espaço físico para instalação e implantação da Lavanderia.	Análise técnica do espaço sendo necessário realizar adaptações elétricas e hidráulicas, a fim de que as instalações do espaço comportem a sobrecarga dos equipamentos Licitação para contratação de mão de obra especializada para <u>adaptação do local</u>
	Diversas reuniões com mulheres no Centro de Referência de Assistência Social / Centro	Conscientização do trabalho a ser desenvolvido Cadastro das mulheres interessadas em integrar a lavanderia

Quadro 2. Principais eventos e seus efeitos na trajetória da Lavanderia 8 de Março entre 2006 e 2008

Para compreender a localização da Lavanderia 8 de Março como empreendimento econômico solidário na economia, recorre-se à explicação dada por Polanyi (2000). O sistema econômico é integrado por quatro princípios: **maximização do lucro; redistribuição; reciprocidade e gestão familiar**. O primeiro representa as empresas capitalistas. O segundo, o Estado, incluindo empresas estatais, que arrecada impostos para redistribuir à sociedade em forma de serviços. No terceiro princípio insere-se, sobretudo, as cooperativas e associações com atividade econômica, o que constitui a economia solidária. O quarto princípio representa os pequenos empreendimentos, que expressam a economia popular. Assim, produção, distribuição e comercialização são realizadas de diferentes formas quanto à gestão e têm objetivos específicos. No caso da Lavanderia 8 de Março que emergia, tratava-se de uma ação governamental, ou seja, que partia do princípio redistribuição representado pela Prefeitura Municipal de Santos e Petrobrás que disponibilizaram recursos. A União Brasileira de Mulheres que disponibilizou uma profissional integra o princípio da reciprocidade, assim como as demais instituições que passaram a apoiar a implantação do equipamento. Dessa

forma, por meio de uma ação governamental vertical descendente, ou seja, que partiu da prefeitura, iniciava um processo de contribuição com a pluralidade da economia. A pertinência do projeto se observa no fato de se propor uma ação que representava um processo de mudança estrutural, desenhando-se um grande desafio que era o de valorizar mulheres em situação de extrema pobreza para serem gestoras de um empreendimento econômico solidário. Além disso, forma-se uma rede institucional de execução e apoio ao projeto. Essas ações são pertinentes e representam um movimento de inserção dos aspectos econômicos no social, para dar maior estabilidade às ações em curso.

5.3 Período de 2009 a 2013: organização e reciprocidade

Esse período é iniciado com a inauguração da Lavanderia 8 de Março em janeiro de 2009, após o término das licitações para aquisição dos equipamentos, bem como definição do local para instalá-la. Houve a consolidação da evolução de equipamento de treinamento de mulheres com o objetivo de higienizar roupas para um empreendimento econômico solidário. Foi realizado um conjunto de atividades organizacionais que, sobretudo, fez emergir reciprocidades. O último evento, no entanto, causou instabilidade entre as integrantes, pois o novo governo propôs um debate sobre a melhor forma de utilização da Lavanderia. A questão era: não seria melhor utilizá-la como equipamento de treinamento e atender um maior número de mulheres? Assim, acabaria o empreendimento econômico solidário.

5.3.1 As primeiras ações do período: trabalhos individuais e adequação da operacionalização

Em 2011 a representante da União Brasileira de Mulheres UBM saiu do Projeto e a função do gestor passou a ser exercida somente por uma servidora da prefeitura. Considerando que as trabalhadoras não estavam previamente organizadas e formadas para fazer a gestão de um empreendimento solidário, foi necessário que as mulheres tivessem experiências de trabalho individuais, possibilitando o aparecimento das afinidades e dos conflitos entre elas, para que no futuro se consolidasse a formação do grupo para fazer a gestão de um empreendimento econômico solidário. Durante um ano e meio as participantes passaram por um processo de sensibilização sobre gestão, processo produtivo e organizativo. Vislumbrando a autogestão, foram desenvolvidas atividades de formação para que as mulheres compreendessem e internalizassem os valores e princípios da economia solidária, capacitando-as para atuar sob os princípios, valores e regras do cooperativismo.

Eram realizadas reuniões para resoluções de problemas do cotidiano, melhoria no atendimento dos clientes e, inclusive, para orientação em termos simples e básicos, em finanças e contabilidade. As assembleias mensais eram instrumentos

para organizar o trabalho coletivo e o entrosamento solidário das integrantes. Essas reuniões tornaram-se determinantes para a obtenção de êxito na construção do empreendimento econômico solidário.

Havia uma rotatividade expressiva das participantes por, principalmente, saída daquelas que não se adaptavam ao trabalho como proposto. Os ensinamentos do cotidiano proporcionaram revisões do projeto inicial. Com a saída espontânea de integrantes, não houve reposição e o número inicial, 40, foi reduzido pela metade. Com uma quantidade elevada de participantes e o tempo necessário para utilização de cada máquina não permitiam desenvolver adequadamente os trabalhos. Assim, com 20 mulheres organizou-se dois turnos de trabalho. Cada turma com dez mulheres lavaria, secaria e passaria. Assim, as integrantes que permaneciam e se adaptavam ao trabalho eram replicadoras do conhecimento. Esse aspecto foi de grande importância, pois além de serem cooperativas umas com as outras, elas se sentiam valorizadas por ensinar outras mulheres.

5.3.2 Lavanderia 8 de Março: um empreendimento econômico solidário

Um ano e meio após o início dos trabalhos na Lavanderia 8 de Março, o trabalho cooperado finalmente foi implantado em julho de 2010. Os clientes não eram mais individuais, mas do empreendimento. Tudo passou a ser compartilhado e uma nova gestão foi implantada. Aquelas mulheres que não se adaptaram à nova proposta, trocaram o trabalho cooperado pelo individual. Compraram máquinas de lavar, ferros e deram prosseguimento ao trabalho nas suas casas, pois percebiam que estavam capacitadas e este tipo de trabalho lhes gerava renda e permitia estar próxima da família.

Organização para a economia solidária

As mulheres que permaneceram no empreendimento estavam mais participativas e mantinham entre si um bom relacionamento, mostrando-se aptas a trabalhar dentro dos moldes de uma cooperativa. Fundamentado no trabalho cooperado, foi definido em assembleia que a movimentação financeira passaria a ser controlada coletivamente, com registro diário do dinheiro das entradas (faturamento) e saídas (compras coletivas), assim como as sobras seriam compartilhadas a cada quinzena, proporcionalmente às horas trabalhadas por participante. Esta mudança exigiu aprimoramento nos controles, como no das entradas e entregas de roupas, estoque e, conseqüentemente, reposição de material de consumo, do extrato bancário e no registro das horas trabalhadas de cada participante. Dessa forma, emergiu a elaboração do regimento interno, construído coletivamente.

Entre 2011 e 2012 houve reorganização financeira para atender às necessidades das próprias participantes. Em assembleia decidiu-se que teriam Fundo de Investimento

para aquisição de equipamentos, Fundo Rotativo e Fundo para Compras de Insumos. Decidiram, também, uma poupança para que no final do ano pudessem ter o *abono de Natal*. Neste mesmo ano, as participantes decidiram que a Lavanderia poderia oferecer férias remuneradas de trinta dias às mulheres que estivessem trabalhando há mais de um ano.

O controle financeiro gerenciado pelas próprias participantes tinha a seguinte organização:

- ✓ Caderno de ponto das participantes.
- ✓ Banco de Horas com saldo atualizado quinzenalmente.
- ✓ Caderno com as entradas e entregas diárias de roupas.
- ✓ Fechamento do dia com eventuais gastos, vales das participantes e sobras.
- ✓ Depósitos das sobras diárias para o compartilhamento quinzenal.
- ✓ Planilha quinzenal com as partilhas – com os devidos descontos.

A organização do empreendimento econômico solidário experimentava êxito, mas havia a realização de atividades grupais para facilitar a assimilação dos valores e princípios do trabalho em grupo, a coesão social e a reciprocidade. Esse trabalho foi conduzido pela gestora, psicóloga de formação, definida pela Prefeitura de Santos para acompanhar o projeto. Faz-se necessário apresentar os dois referenciais utilizados: Grupos Operativos e Terapia Comunitária.

5.3.3 Atividades grupais como técnica de intervenção

As atividades grupais realizadas com as integrantes da Lavanderia 8 de Março mantiveram as mulheres constantemente motivadas e estimuladas. Os Grupos Operativos (Pichón-Rivière, 2009) e Terapia Comunitária (Barreto, 2008), foi o primeiro referencial adotado como facilitador de integração, solidariedade e aprendizagem. Essa experiência durou seis meses, pois havia resistência das mulheres em participar das atividades grupais pelo fato de haver uma exposição pela interpretação dos medos, ansiedades e inseguranças de cada uma. Então, houve uma mudança de referencial e adotou-se a Terapia Comunitária, que possibilitou às mulheres compartilhar suas experiências, seja no trabalho ou fora dele sem que houvesse uma interpretação externa. Enfim, Grupos Operativos é interpretativo e na Terapia Comunitária não há interpretação. Como as relações interpessoais são de grande importância para manter a coesão social do grupo, é relevante explicar cada um dos referenciais e apontar os motivos de substituição.

Grupos Operativos

Grupos Operativos fundamenta-se na teoria de Pichón-Rivière, que é constituída por três grandes campos disciplinares: **Ciências Sociais** (origem das pessoas, sua cultura, como se organizam em sociedade), **Psicanálise** e **Psicologia Social**. O

objetivo principal do Grupo Operativo é a mudança que proporciona gradativamente. O autor sugere dois eixos a serem trabalhados:

- Verticalidade: a vida pessoal de cada sujeito, distinto e diferenciado dos demais, levando em conta a história de cada um e seus processos psíquicos internos.

- Horizontalidade: refere-se à história específica daquele grupo, onde os papéis não são estáveis.

No grupo, ou seja, nesta rede de influências mútuas, há uma identificação social estabelecida: o papel que a pessoa ocupa dentro do grupo e o papel que o grupo lhe dá. Os papéis podem ser assumidos pelos integrantes de duas formas: espontaneamente conforme a história de vida do membro do grupo ou o coordenador pode previamente estabelecer. São eles:

- Porta Voz – aquele que fala mais, o que sintetiza as ideias do grupo, que denuncia o acontecimento grupal

- Sabotador – o resistente a mudanças, tenta sempre manter a situação anterior – o papel do coordenador deve ficar atento e transformá-lo em cooperador.

- Bode Expiatório – aquele que aceita e recebe as cargas negativas, os erros do grupo, ele é o depositário da culpa – importante que a culpa seja redistribuída e a responsabilidade cooperativa.

- Líder – é quem organiza o grupo, o que tem escuta ativa, é a pessoa que sugere ideias novas, levando o grupo a buscar algo novo: mudança. Pode ser o coordenador ou passar para outros membros do grupo a liderança.

O grupo permite que as pessoas se relacionem e interajam com um objetivo comum, operando em uma determinada tarefa. As tarefas são ações com o objetivo de diminuir os medos, as resistências e fortalecer o grupo para uma nova realidade. A **Tarefa Explícita** é a atividade a ser desenvolvida naquele encontro. O grupo tem a oportunidade de elaborar as ansiedades e se abrir para o desconhecido. A **Tarefa Implícita** se dá a partir da tarefa explícita, ou seja, como será a dinâmica psíquica do grupo? Julgamentos, preconceitos, medos, ansiedades, fantasias do grupo ao se deparar com o novo, podem dificultar ou até mesmo impedir a realização da tarefa proposta. Portanto, a tarefa tem o objetivo de enfrentar obstáculos e abrir portas para o novo e o desconhecido favorecendo a mudança e a aprendizagem. *“Cada integrante comparece com sua história pessoal consciente e inconsciente, isto é, com sua verticalidade. Na medida em que se constituem em grupo passam a compartilhar necessidades em função de objetivos comuns e criam uma nova história, a horizontalidade do grupo, que não é simplesmente a somatória de suas verticalidades pois há uma construção coletiva resultante da interação de aspectos de sua verticalidade, gerando uma história própria, inovadora que dá ao grupo sua especificidade e identidade grupal”* (Abduch, 1999).

A dinâmica que envolve a realização da tarefa irá favorecer o grupo a se transformar. A interação grupal faz com que a pessoa se reconheça neste processo e se diferencie, modifique o outro e se modifique. O processo grupal é reflexivo quando as pessoas

tentam compreender os fatores que dificultam a realização da tarefa e democrático quando realizam suas tarefas por meio de suas próprias ações e pensamentos. Este conjunto de experiências facilita a comunicação, o vínculo e a aprendizagem. Para Pichón-Rivière (1988), o grupo aprende a cada mudança, isto é, numa “*espiral dialética*”. Para o autor, “*analisar é tornar explícito o implícito*”. Este movimento espiral dialético, do explícito ao implícito, com o objetivo de torná-lo explícito, é que favorece a transformação. Ganha-se experiência a cada tarefa realizada, mas a pessoa é forçada a rever seus conflitos e formas de organização. Portanto, a cada encontro, o grupo interpreta e muda, a mudança gera uma desestrutura e para se estruturar age novamente. Cada encontro supera o processo anterior e assim o grupo cresce e se transforma. As técnicas operativas são utilizadas “*em todas as situações em que o grupo face-a-face possa transformar-se em uma unidade operativa de tarefa*” (Pichón Rivière, 1988).

O vínculo é a representação subjetiva que cada um dos membros tem sobre si e sobre os outros, ela é construída na interação dos mesmos num tempo e espaço comum e é mútuo porque acontece quando internalizamos o outro e somos internalizados por ele. O cone invertido, representado na Figura 1, é um instrumento gráfico que facilita a compreensão da espiral dialética. Esse é o caminho para o que está implícito ser explícito e tornar-se consciente. Ele se apresenta em seis vetores de análise articulados entre si.

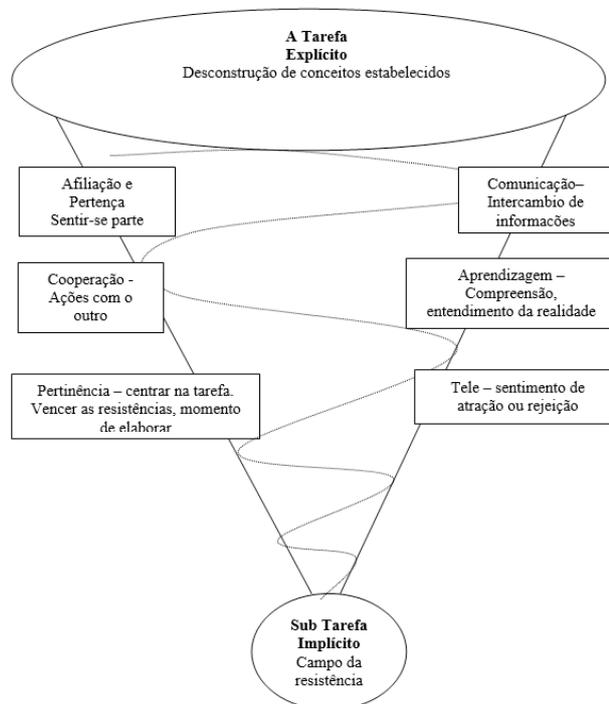


Figura 1: Espiral dialética da tarefa implícita à tarefa explícita

Fonte: Pichón-Rivière (1988)

Como e por que utilizar os Grupos Operativos com as mulheres da Lavanderia 8 de Março?

As mulheres da Lavanderia 8 de Março formavam um grupo com um interesse comum, se capacitar e gerar renda. Como não se conheciam e cada uma vinha com sua história e experiência de vida, era necessário utilizar uma ferramenta para facilitar a transformação da realidade, de forma que todas pudessem ter uma participação ativa, interagir, cooperar, estabelecer vínculos e gerar mudanças comportamentais e de hábitos. Para o trabalho na Lavanderia 8 de Março, inicialmente, foi utilizado o Grupo Operativo com o objetivo terapêutico e ensino – aprendizagem. O espaço grupal proposto era favorável para elas partilharem as angústias, medos, ansiedades e suas resistências a mudanças. A dinâmica do Grupo Operativo favorecia uma articulação entre elas. A comunicação se estabelecia, tratando-se de um elemento essencial para a interação grupal, o que possibilitava fazer uma análise da realidade e provocava inquietações. Portanto, esperava-se que todas mulheres do grupo pudessem elaborar e lidar com os sentimentos e as necessidades, de modo a ter uma adaptação mais criativa e crítica diante da realidade do próprio grupo. Elas precisavam sair do papel assumido habitualmente no grupo para exercer um novo papel com o grupo.

Infelizmente, nem todas as mulheres eram participativas neste processo grupal. Havia muita resistência para trabalhar com os medos e ansiedades, resistência no contato com o outro ou consigo mesma, portanto o grupo não atingia seu objetivo do trabalho (sair da tarefa implícita), do campo das resistências, e ir para a tarefa (mudanças). O trabalho precisava avançar e todas deveriam ser participativas. Era necessário encontrar um outro mecanismo para desenvolver um trabalho com as mulheres da Lavanderia 8 de Março, onde todas pudessem participar e colaborar. Dessa forma, decidiu-se adotar a **Terapia Comunitária** e, para isso, utilizou-se como marco teórico Barreto (2008), que possibilitava atingir os objetivos propostos.

Com fundamentação no intercâmbio da sabedoria popular e dos conhecimentos científicos emergiu a Terapia Comunitária. Esta metodologia de trabalho reúne pessoas que têm algo em comum, não para trabalhar as carências, mas para trabalhar as competências. O ponto de partida é uma situação problema trazida por alguém, normalmente surgem várias temáticas e é o próprio grupo que escolhe o tema a ser desenvolvido, que se torna objeto de aprofundamento. Todos podem fazer perguntas para entender melhor o problema apresentado. A seguir, o terapeuta comunitário define o mote e lança uma pergunta-chave para que se faça reflexão: *“quem já viveu um problema parecido e o que você fez para resolver?”* As soluções emergem da comunidade. Os participantes têm problemas, mas também têm as soluções. As pessoas têm estratégias para superação.

A função do terapeuta comunitário é suscitar a capacidade terapêutica da própria comunidade. O “remédio” é falar. Na troca de experiências, nesta relação horizontal, as

pessoas criam redes de identificação, não se sentem sós e encontram soluções para seus problemas. Assim, inicia-se a construção de uma rede social solidária. Pode-se destacar a importância das relações e dos vínculos na promoção da saúde, das redes de solidariedade e da inclusão social.

Métodos e Fundamentos da Terapia Comunitária

A) Pensamento Sistêmico – somos um todo, em que cada parte influencia e interfere na outra parte.

B) A Teoria da Comunicação – a comunicação é o elemento que une os indivíduos, a família e a sociedade. Todo comportamento é comunicação

C) Antropologia Cultural – a cultura, um elemento de referência fundamental na construção da nossa identidade. Esse elemento valorizado é de suma importância, pois rompe com a dominação e exclusão social.

D) Pedagogia de Paulo Freire – *“Ensinar é o exercício do diálogo, da troca, da reciprocidade, ou seja, de um tempo para falar e de um tempo para escutar, de um tempo para aprender e um tempo para ensinar. Freire (1983).*

E) Resiliência – o enfrentamento e superação das dificuldades – matéria prima da Terapia Comunitária.

A dinâmica da Terapia Comunitária segue as seguintes etapas:

A) Acolhimento:

- Dar boas vindas
- Celebração da vida dos aniversariantes do mês
- Objetivo da Terapia Comunitária
- Regras
- Aquecer o grupo para trabalhar
- Apresentar o terapeuta

B) Escolha do Tema:

- Palavra do Terapeuta Comunitário
- Apresentação dos temas
- Identificação do grupo com os temas apresentados
- Votação
- Agradecimento

C) Contextualização:

- Informações
- Mote

D) Problematização:

- Lançar o mote – pergunta-chave

E) Conclusão:

- Formação da roda
- Conotação positiva
- Apreciação

Diferente do Grupo Operativo, a Terapia Comunitária tem uma intervenção nas diversas redes que compõem o sistema das relações humanas: família, vizinhos, amigos e a comunidade de uma maneira geral. Era exatamente de um referencial com essas características que necessitava a Lavanderia 8 de Março. Entretanto, o terapeuta comunitário tem que ter consciência dos objetivos da terapia e dos limites da sua intervenção, pois trata-se de um ato terapêutico do grupo e não um processo psicoterapêutico. Deve ficar claro para o terapeuta comunitário que ao identificar a necessidade de um participante, deve-se indicar uma rede referenciada para atendê-lo. O ambiente da Terapia Comunitária é uma roda de partilha, onde as pessoas podem compartilhar seus sofrimentos e angústias do cotidiano, bem como, suas experiências na busca de soluções para os problemas. O acolhimento e o respeito ao outro são regras fundamentais. O Terapeuta Comunitário deve estimular, por meio das técnicas da terapia, que as pessoas compartilhem suas histórias e se redescubram dando um novo significado para a vida. É com fundamentação nas perguntas e na qualidade da escuta que o terapeuta e o grupo poderão ajudar o outro a “nascer”.

A mudança de paradigma teórico foi necessária devido à dificuldade que algumas participantes tinham em partilhar suas experiências em grupo e aceitar as diferenças de pensamentos e opiniões, seja por limites intelectuais e emocionais, seja por terem ficado muito sozinhas e terem dificuldades de se relacionarem com o outro, seja pelas críticas recebidas, pela exclusão ou desigualdade social. A Terapia Comunitária revela-se mais leve que o Grupo Operativo, pela sua dinâmica de ser um espaço de partilha e não terapêutico de análise. Nesse processo o acolhimento é fundamental, assim como o respeito ao outro. Leva-se em consideração que o sofrimento de um pode ser o sofrimento de todos, portanto todos se empenham em buscar soluções para o sofrimento comum, a partir da experiência de cada um.

A experiência pode ser transformadora ao perceberem que o grupo é o reflexo da sociedade. Essa percepção leva a pessoa a redimensionar o espaço público e a se reinserir em uma sociedade que até então sentia que a discriminava. A participante encontra no grupo aconchego e confiança necessária para que ela passe a ter uma autoimagem mais valorizada e um fortalecimento para a intervenção social. A mudança não é individual porque no momento em que a mulher se sente diferente, vai intervir para que as mudanças ocorram também na família, no local de moradia, no entorno, gerando um processo que pode ser ilimitado. As mudanças externas se manifestam de forma espiral circular cumulativa refletindo externamente o que ocorre internamente

no grupo.

A proximidade se estabelecia nas relações entre as participantes, havia articulações com diferentes órgãos, entidades e segmentos que davam alguma estabilidade ao núcleo da rede que se formava para viabilizar o projeto. O Quadro 3 mostra a relação entre os eventos e os seus efeitos que ocorreram no período.

	Evento	Efeito
2009	Inauguração da Lavanderia 8 de Março	Capacita e gera renda para 40 mulheres no processo de lavagem, secagem e passadoria de roupas – participação do SENAC
	Integração das participantes	Reuniões e assembleias - Reuniões quase que diariamente e assembleias mensais para que o atendimento ao consumidor atingisse um bom nível Dinâmicas / Grupos Operativos/Terapia Comunitária – ferramentas utilizadas para promoção individual e do coletivo.
	Gestão e organização da Lavanderia	Realizada com a participação efetiva das mulheres, ou seja, com reuniões para discutir, avaliar o andamento e definir novas metas de trabalho. Assembleias para elaboração e revisão constante do Regimento Interno.
	Sensibilização sobre gestão, processo produtivo e organizativo	Compras coletivas de material de consumo Inicia-se o primeiro Fundo de Investimento – investimento na Lavanderia: maquinários
	Regra sobre captação de clientes	Cada participante deveria conquistar e atender seus clientes As participantes podiam utilizar o espaço para higienização das roupas de sua própria família
	Revisões do projeto inicial	Saída de algumas participantes da Lavanderia - não se adaptavam ao trabalho Novo número – 20 participantes Dois turnos de trabalhos
	Adoção da Terapia Comunitária	Revisão das técnicas grupais e inserção da Terapia Comunitária Maior adesão da equipe na dinâmica oferecia Melhoria no relacionamento interpessoal dentro da equipe Melhoria no relacionamento familiar
2010	Implantação do trabalho cooperado	Os Clientes já não são mais das participantes, mas da Lavanderia; Todas trabalham igual e recebem
		Muitas mulheres não se adaptaram ao novo estilo de trabalho, ou seja, compartilhar os clientes e sobras financeiras As mulheres que saíam conquistavam novos espaços
2011	Máquinas Quebradas	As máquinas estavam sobrecarregadas e algumas não tinham mais condições reparos – havia necessidade de substituição A Lavanderia passou recusar de trabalho Muitas mulheres buscaram outras formas de renda Por falta de máquinas e com recusa do trabalho, a entrada de novas mulheres já não era mais possível Equipe fica reduzida a 5 mulheres

2012	Elaboração de Projeto para o Fundo Estadual de Assistência Social	<p>Contemplado com R\$20.000,00 para material de consumo. Sem gastos com material de consumo, as mulheres disponibilizavam mais dinheiro para o Fundo de Investimento</p> <p>Aquisição de novas máquinas de lavar – dinheiro do fundo de investimento</p> <p>Entrada de mais cinco mulheres para o trabalho coletivo</p> <p>As mulheres que ficavam eram replicadoras do conhecimento para as que entravam na Lavanderia</p> <p>Lavanderia 8 de Março contava com 10 participantes</p>
	Reorganização Financeira e do Empreendimento	<p>Em Assembleia ficou decidido que 03 contas solidárias deveriam ser abertas:</p> <p>Fundo de Investimento – 5 % do valor total bruto de cada quinzena - uso exclusivo para investimento na lavanderia</p> <p>Fundo Rotativo - 5 % do valor total bruto de cada quinzena – exclusivo para formação de poupança individual;</p> <p>Conta Corrente para depósitos diários e compartilhamento quinzenal.</p> <p>Os valores de ambos os fundos são pertencentes ao grupo de mulheres da lavanderia, conforme a proporção de cada uma no Banco de Horas. Na saída da participante da lavanderia, é suficiente que se apresente como retirante para receber o valor de suas quotas, e o que mais tiver de direitos, consoante às regras vigentes na entidade</p> <p>O controle financeiro e do Empreendimento passou a ter regras definidas:</p> <p>Caderno de ponto das participantes</p> <p>Banco de Horas com saldo atualizado quinzenalmente</p> <p>Caderno com as entradas e entregas diárias de roupas</p> <p>Fechamento do dia com os gastos e sobras</p> <p>Depósitos diários</p> <p>Planilha quinzenal com as partilhas</p> <p>Controle quinzenal dos Fundos de Investimento e Cota Parte</p> <p>O controle de estoque e saída de material</p> <p>Elaboração do Regimento Interno</p>
	Verba Parlamentar	<p>Lavanderia conseguiu por meio de Verba Parlamentar, R\$50.000,00, para aquisição de maquinários industriais: uma máquina de lavar e extratora; uma máquina de lavar e uma secadora. Todas industriais e com capacidade para 20 quilos cada</p> <p>Aumento da capacidade de atendimento aos clientes</p>
	Empoderamento	<p>As mulheres, mais fortalecidas e confiantes no sucesso do trabalho, já são valorizadas pelos clientes. Eles buscam os serviços pela qualidade. Elas demonstram serem mais solidárias e muito mais responsáveis pelo investimento no seu próprio negócio</p>

Quadro 3. Principais eventos e seus efeitos na trajetória da Lavanderia 8 de Março entre 2009 e 2013

No início do período, cada integrante tinha os seus clientes de forma individualizada e o equipamento era utilizado, também, para a higienização das roupas dos familiares das integrantes. Houve a mudança para que fosse um empreendimento econômico solidário. A diferença entre a primeira situação e a segunda é a introdução de práticas fundamentadas na reciprocidade por parte dos gestores e adotadas pelas integrantes de acordo com a realidade que experienciavam. Essas práticas foram determinantes

na organização do empreendimento sob os princípios e valores da economia solidária. Na economia utilitarista, fundamentada no modelo do *Homo oeconomicus*², pode-se afirmar que a limitação da Lavanderia a um equipamento de treinamento de pessoas para a iniciativa privada seria um avanço por se tratar de preparação de mão de obra para o mercado. Porém, o objetivo da economia solidária não é preparar pessoas para serem empregadas e submetidas à mais-valia. Ao contrário, o objetivo, segundo Guérin (2005), é construir relações horizontais fundamentadas no coletivo e na solidariedade a serviço da liberdade e da dignidade humana. É importante ressaltar que os principais fatores que evidenciam a inovação representada pela construção de um empreendimento econômico solidário, são: as compras, que eram realizadas individualmente, se tornaram coletivas; houve a implantação do fundo investimento, fundo rotativo e participação financeira de cada uma no empreendimento; os clientes deixaram de estar vinculados a determinada participante e passaram a ser clientes da Lavanderia. Além disso, o Estado continuou a apoiar o empreendimento e disponibilizou mais recursos por meio de verba parlamentar e do Fundo Estadual de Assistência Social para a realização de investimentos e reparos nas máquinas, além de manter uma servidora no local. Castel (2015) afirma que as relações de reciprocidade são o coração da economia solidária. Gardin (2006) fundamentou-se em Mauss (2003), que elaborou a teoria da dádiva³ para explicar as relações em sociedades consideradas arcaicas, para distinguir três tipos de reciprocidade que agem nas atividades de economia solidária:

- Reciprocidade desigual: Esse tipo de reciprocidade se caracteriza pelo fato de o grupo que presta o serviço ser distinto daquele que recebe. A relação é assimétrica, pois não há retribuição.

- Reciprocidade entre pares: Reciprocidade no seio dos grupos homogêneos, relação simétrica.

- Reciprocidade multilateral: Reciprocidade entre grupos diferentes. Relação simétrica

Segundo a tipologia apresentada, pode-se observar a reciprocidade considerada desigual nas relações entre a prefeitura e o grupo de mulheres, com o apoio ao empreendimento. O governo municipal apresenta a Lavanderia à sociedade como uma realização. A reciprocidade entre pares é detectada entre as mulheres na construção do fundo rotativo, fundo investimento, apoio na execução das tarefas e compras coletivas. Já a reciprocidade multilateral ocorre na relação entre as mulheres e os clientes. Dessa forma, a Lavanderia 8 de Março se transformava em um empreendimento econômico solidário com fundamentação em relações de proximidade, visto que os clientes, em

2- Hipótese de que os seres humanos agem de forma calculada individualmente, que são indiferentes às relações de mutualidade, que se interessam somente pelas suas próprias necessidades ou preferências (Caillé, 2014).

3- Doações de bens e serviços fundamentadas na tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, que foram estudadas por Marcel Mauss. Sabourin (2008) afirma que o referido autor qualificou a dádiva como forma de relação social e de reciprocidade. A economia do dom se fundamenta no valor de uso dos objetos e ações e não no valor de troca, como na economia de mercado.

sua maioria, são frequentadores da área central da cidade e conhecem os propósitos do empreendimento.

As ações realizadas foram pertinentes, visto que a prefeitura ofereceu condições materiais e apoio profissional para o empreendimento. A formação para a economia solidária e promoção da coesão social do grupo contou com a adoção de um referencial teórico adequado à realidade das integrantes. O núcleo da rede sociotécnica⁴ da Lavanderia 8 de Março que se construía aproximava-se do arranjo que França Filho e Laville (2004) considerou ideal para organização de empreendimentos econômicos solidários, como representado na Figura 2.

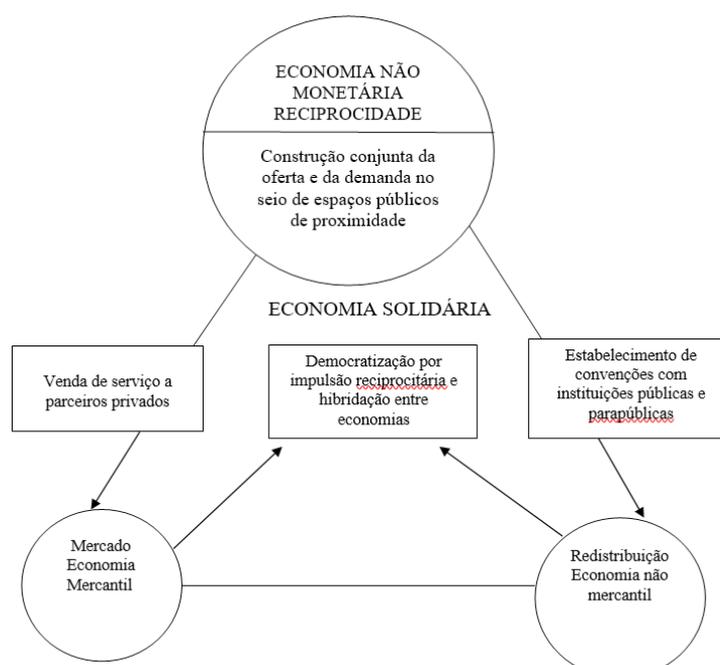


Figura 2 . Representação do modelo ideal de relações de um empreendimento econômico solidário

Fonte: França Filho e Laville (2004)

As estruturas de economia solidária não se contentam em proceder a uma construção conjunta de oferta e demanda nos espaços públicos de proximidade. Elas se consolidam por combinações entre recursos monetários e não monetários (Laville, 2000). Considerando a Lavanderia 8 de Março, há o fortalecimento do empreendimento, ou seja, do princípio reciprocidade do sistema econômico segundo Polanyi (2000), com base nas relações com os clientes, que representam a economia mercantil submetida à reciprocidade devido à proximidade existente. O Estado também apoiou o empreendimento no período com o apoio da Prefeitura de Santos, Fundo de

4- A rede sociotécnica é definida como uma organização integrada pelas entidades humanas e não humanas, individuais ou coletivas, definidas por seus papéis, objetivos, identidades e programas, colocadas em intermediação uns com os outros (Callon *et al.*, 1999). Amblard *et al.* (2005) afirmam que o conceito de rede sociotécnica, originário da sociologia da tradução, pressupõe que os atores envolvidos em determinada atividade econômica atuem de forma coordenada para alcançarem objetivos que integram um quadro de interesse comum.

Assistência Social e verbas parlamentares. Clientes e Estado reforçam o princípio de reciprocidade, assim como apoio de profissionais voluntários que representam as ações não monetárias. Esse apoio não significa que a Lavanderia 8 de Março seja um equipamento da prefeitura ou uma empresa capitalista. As interações de ações entre os princípios da economia promovem democratização.

Os efeitos dos eventos desse período são notáveis, mas pode-se destacar dois que são de grande importância:

- A participação coletiva propiciou segurança e sentimento de solidariedade, com a possibilidade de abertura de conta bancária. O resultado deste trabalho aumentou a autonomia das mulheres que passaram a tomar decisões importantes, com seus direitos e obrigações afloradas, se sentindo valorizadas enquanto mulheres e trabalhadoras, enfim, o empoderamento transformou suas vidas.

- O grupo favoreceu a união e foi uma passagem para que se sentissem parte do todo, emergindo estratégias para mudar. Os valores e princípios da economia solidária foram introjetados simultaneamente ao processo grupal. Foi desta maneira que as mulheres da Lavanderia 8 de Março conquistaram o respeito e o espaço na família, na sociedade, no mundo dos negócios e mais, elas reconhecem o seu valor e são valorizadas pelo trabalho que desenvolvem.

O período seguinte, mostraria a capacidade de reação das integrantes da Lavanderia 8 de Março frente a uma ação negativa do poder público, que colocou em risco o equilíbrio da integração entre os princípios do sistema econômico, o que colocaria fim ao projeto.

5.4 Período de 2013 a 2017: ampliação da rede sociotécnica da Lavanderia 8 de Março

Após a mudança de prefeito e todo o secretariado, colocou-se em debate a seguinte questão: a alteração da Lavanderia de empreendimento econômico solidário para um equipamento de capacitação de mulheres não seria mais adequado? O argumento favorável à mudança se fundamentava no fato de que atenderia a um maior número de pessoas para o mercado de trabalho. Pela proposta, o projeto que tinha o objetivo de gerar renda e dar autonomia às mulheres passaria somente a capacitá-las. As dez participantes deveriam buscar emprego em alguma lavanderia da cidade para que outras mulheres entrassem para serem capacitadas. Até então, os efeitos do projeto eram positivos, pois elevou a autoestima das mulheres que se adaptaram ao trabalho coletivo, gerou renda, aumentou a sociabilidade e era uma referência para outros grupos e municípios.

Essa questão lançada pelo governo fundamenta-se na interpretação de que o papel do poder público é capacitar mão de obra para as empresas. Dessa forma, o papel do Estado – princípio de redistribuição da economia – apoiaria somente o

princípio maximização do lucro e não daria apoio às iniciativas que integram o princípio reciprocidade, como é o caso da Lavanderia 8 de Março que se organiza sob os princípios e valores da economia solidária. Esse fato, apesar da instabilidade emocional criada em algumas integrantes, as levou a buscar solução para o problema que atravessavam. As reuniões e assembleias tinham um único tema: *como vamos nos organizar em tão pouco tempo?* A opção foi o estabelecimento de alianças e ampliar a rede sociotécnica existente que dava suporte ao empreendimento. Esse movimento levou as participantes ao estabelecimento de proximidade com diferentes órgãos, o que resultou em convites para participação de eventos de formação e organização da economia solidária, inclusive com o apoio do Professor Paul Singer, então titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Diante dos argumentos de representantes de diferentes segmentos, o governo municipal decidiu manter o apoio à Lavanderia como empreendimento econômico solidário. O Quadro 4 apresenta os eventos e seus efeitos no período.

	Evento	Efeito
2013	Nova administração na Prefeitura Municipal de Santos	Em 2013, após a mudança de Prefeito e todo o secretariado, foi lançado o debate sobre se o sistema de organização da Lavanderia deveria ser alterado e o projeto que era para gerar renda e dar autonomia às mulheres seria somente para capacitá-las e que até o fim do ano as participantes, naquela época 10 mulheres, deveriam buscar inserção no mercado de trabalho, ou seja, se inserir em alguma lavanderia da cidade Consequência: instabilidade no grupo
2014	Busca de novos parceiros Participação em cursos, palestras e novas parcerias	<p>Consulado da Mulher – doação de maquinários</p> <p>Rotary Clube – intermediário entre as negociações do empreendimento e a Prefeitura</p> <p>Soroptimistas – auxílio às famílias: cursos de capacitação para as mulheres e seus filhos</p> <p>Universidade Católica de Santos – Marketing do empreendimento, planejamento financeiro e formação de preços</p> <p>Caritas Diocesana Regional São Paulo – apoio para fortalecimento do empreendimento. Propostas para emancipação</p> <p>SENAES – visita do Professor Paul Singer ao Empreendimento – reconhece o trabalho como um modelo a ser seguido no Brasil</p> <p>Desafios da Economia Solidária no Brasil – Participação do Professor Paul Singer (SENAES)</p> <p>I Seminário de Economia Solidária e Empreendedorismo Social</p> <p>Palestra – “Mudando de Postura”</p> <p>Curso SESI – Planejamento de Ambientes</p> <p>Curso SENAC - Orçamento Doméstico</p> <p>Consultoria SEBRAE – Plano de Negócios / Marketing</p> <p>Curso de Costureira –SENAI - Patrocinado pelo PRONATEC</p> <p>Participação na criação do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista</p> <p>Participação na 3ª Conferência Regional de Economia Solidária Região do ABCDMRR e Baixada Santista</p>

2016	Participação como palestrantes	Palestras ministradas em dois municípios da Baixada Santista por integrantes da Lavanderia 8 de Março sobre Finanças Solidárias – aumento da autoestima
2016	Participação em curso de Turismo de Base Comunitária	Maior integração com o movimento de economia solidária da Baixada Santista e estudo da possibilidade de introduzir a Lavanderia 8 de Março como local a ser visitado em perspectiva de turismo comunitário
2017	Lavanderia 8 de Março como referência	A replicabilidade deste empreendimento já se mostrou possível, despertando o interesse de outros municípios como São Vicente, Peruíbe, Cubatão, Mauá, Osasco, Guarulhos, São Bernardo, Paraná. Guarujá, inclusive, já criou uma Lavanderia Solidária – Lav Pat, inserida no Programa Municipal de Fomento à Economia Solidária. O destaque é que as cooperadas do Guarujá foram capacitadas tecnicamente e nos princípios de gestão pelas empreendedoras da Lavanderia 8 de Março.

Quadro 4. Principais eventos e seus efeitos na trajetória da Lavanderia 8 de Março entre 2013 e 2017

Quanto à participação das integrantes da Lavanderia 8 de Março na gestão do empreendimento, recorre-se a Bordenave (1994) que elaborou uma escala de participação que considera sete níveis, como representado na Figura 3. O nível mais inferior é aquele em que ação se limita a informar o grupo. A **consulta facultativa** pode ser feita aos integrantes do empreendimento quando e como os gestores desejarem. A **consulta obrigatória** é realizada em certas situações, mas a decisão continua a ser dos gestores. Na **elaboração**, os integrantes fazem propostas e os gestores aceitam ou rejeitam. Esses quatro níveis abordados representam ações verticais descendentes. Os níveis de participação seguintes apresentam horizontalidade nas relações. A **cogestão** exige que haja mecanismos de gestão compartilhada, como codecisão e colegialidade. Os integrantes do empreendimento devem participar ativamente do planejamento das ações e decisões. Na **delegação**, os integrantes dos empreendimentos têm autonomia em certos campos ou jurisdições antes reservadas aos gestores. A tomada de decisões já não necessita de consulta ou anuência dos gestores em algumas áreas. O nível mais elevado de participação é a **autogestão**. Neste caso, o grupo determina os seus objetivos, escolhe os seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Esse fato não é sinônimo de que para se ter autogestão há necessidade de dispensa dos serviços dos gestores. Como todo empreendimento, é necessário que haja assessoramento técnico e organizacional, pois a sustentabilidade perene não existe, trata-se de uma conquista cotidiana, de superação das crises que emergem no capitalismo. No caso das integrantes da lavanderia superar crises de caráter econômico é ainda mais difícil, pois elas não têm dinheiro para investir no empreendimento, já que ainda investem na (re) construção das suas vidas.

Quanto à participação na gestão do empreendimento, pode-se considerar que o nível de participação das integrantes da Lavanderia 8 de Março é a **delegação**,

como indicado na Figura 3. Como o empreendimento ainda ocupa espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Santos, que arca com os custos de água e luz, ainda não se pode considerar a existência de autogestão. Considerando a definição elaborada por Barbieri e Rufino (2007), a autogestão “é a gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Suas ideias gerais são: fim do assalariamento, organização do trabalho com base na gestão democrática, eliminação da hierarquia e decisões tomadas por democracia direta”. Todas as características da autogestão definidas pelas autoras são observadas na Lavanderia 8 de Março. Entretanto, ainda existe um passo a ser dado para a conquista da autonomia e completar a autogestão.

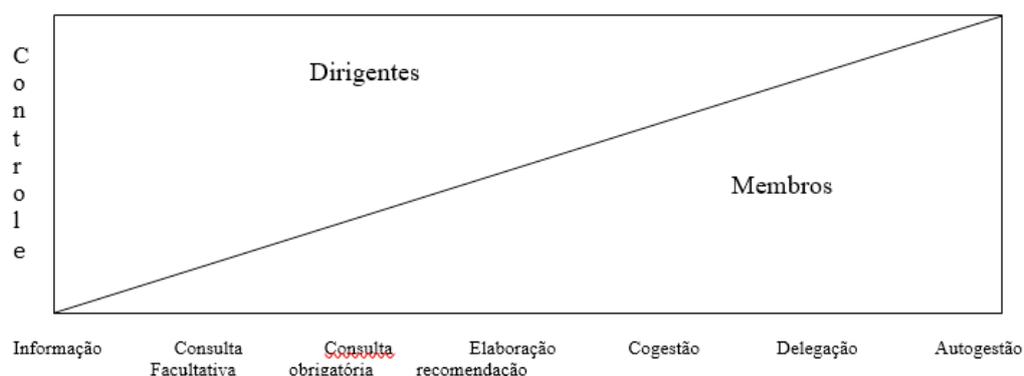
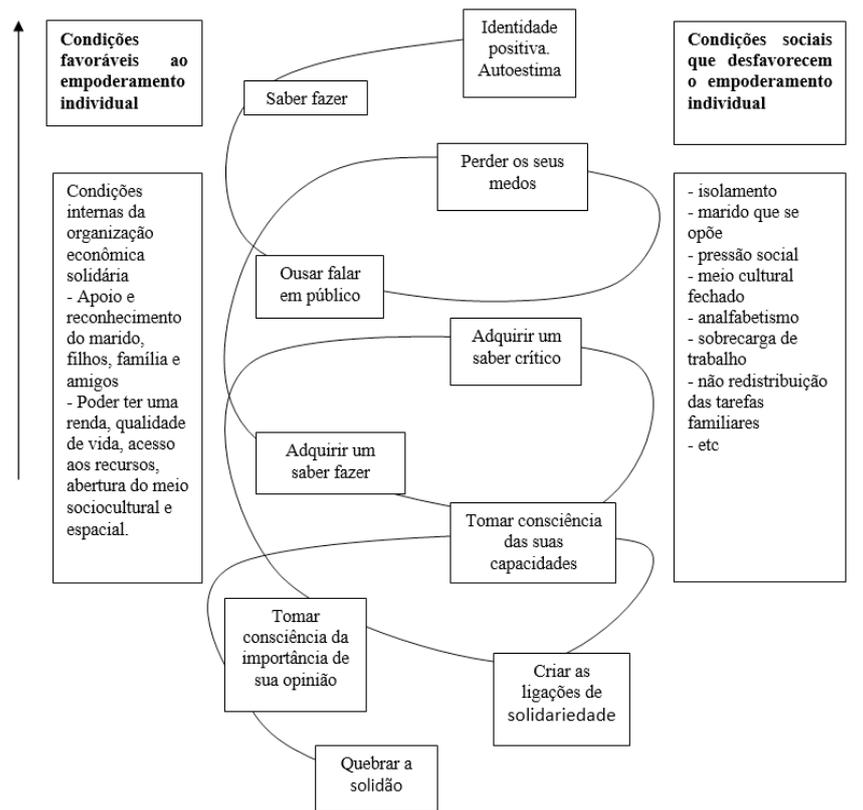


Figura 3. Níveis de participação em projetos de desenvolvimento

Fonte: Bordenave (1994)

Os avanços em oito anos de existência da Lavanderia 8 de Março são notáveis, pois se trata de um processo em que as pessoas que estão em estado de pobreza ou extrema pobreza passam a integrar a gestão de um empreendimento. Há etapas que devem ser cumpridas para que haja esta evolução. Esse processo não é livre de tensões e até mesmo rupturas, mas certamente depende do apoio do Estado. A manutenção do apoio à Lavanderia 8 de Março foi uma decisão pertinente da Prefeitura Municipal de Santos. No Dia Internacional da Mulher dirigentes da Prefeitura divulgaram amplamente o projeto pelos meios de comunicação regionais, como uma experiência exitosa para empoderar mulheres em situação de vulnerabilidade. Trata-se de uma avaliação pertinente, pois é evidente o nível de empoderamento individual como efeito. O processo experienciado pelas integrantes da Lavanderia 8 de Março pode ser compreendido com a interpretação da Figura 4, que representa em espiral os níveis que separam o não empoderamento do empoderamento.

Empoderamento individual



Inexistência de empoderamento

Figura 4. O processo em espiral do empoderamento individual

Fonte: Guérin *et al.* (2011)

As mulheres da Lavanderia 8 de Março saíram da extrema pobreza para a pobreza, conseguiram adquirir seu espaço na sociedade, voltaram para as salas de aula para concluir a educação básica, alugaram imóveis residenciais, compraram móveis e eletrodomésticos, o que representa o mínimo necessário, e passaram a ter uma alimentação adequada. A renda de cada uma, em meses de maior demanda é em torno de R\$2.000,00/mês. Atualmente, as sete integrantes atuais e suas famílias já podem eventualmente desfrutar do lazer e comprar uma roupa nova. Essas conquistas foram fruto de trabalho árduo, de uma construção. Trata-se de um processo de reconstrução de vidas, em que o ponto mais elevado é construir uma identidade positiva e ter autoestima.

6 | ENSINAMENTOS

A trajetória da Lavanderia 8 de Março permite extrair ensinamentos operacionais e teóricos como forma de contribuição a governantes, gestores ou integrantes de empreendimentos econômicos solidários. No primeiro período foi evidenciada a necessidade de se fazer estudos socioeconômicos que orientem as políticas públicas, para que tenham pertinência. É flagrante a necessidade de se adotar um processo

participativo com as mulheres que constituem o público beneficiário para a elaboração de projetos, inclusive com avaliação *ex-ante*, para avaliar os possíveis impactos da ação. Dessa forma, o risco de não alcançar a eficácia da ação governamental é reduzido.

Os recursos para a implementação dos projetos de economia solidária para as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade devem ser originários do Estado por meio de políticas públicas, empresas estatais e também de entidades financiadoras. Assim, há um fortalecimento do princípio da economia reciprocidade e contribuição para a construção de uma economia democrática. Os recursos não devem se limitar à realização de investimentos, mas sobretudo na contratação de uma equipe multidisciplinar que possa trabalhar de acordo com as necessidades dos grupos de economia solidária. Sugere-se a implantação de centros de referência municipais para que a economia solidária possa se expandir. Porém, é necessário que os profissionais que atuem no assessoramento aos empreendimentos tenham uma boa formação em economia solidária e perfil para estimular a construção de alianças com diferentes setores e órgãos da sociedade, como foi o caso da Lavanderia 8 de Março. Segundo Callon (1986), uma ideia não se impõe pelas suas qualidades próprias. É necessário construir uma rede que a viabilize. Enfim, um projeto não nasce bom, será a sua capacidade de arrebatamento, de fazer alianças que o tornará bom. Se a rede sociotécnica é uma forma de organização que viabiliza a ideia, o projeto, a terapia comunitária se revelou pertinente para promover as relações interpessoais. Esse fato reforça a necessidade de se ter equipes multidisciplinares no assessoramento aos empreendimentos, pois o planejamento estratégico deve mobilizar diferentes áreas.

Por meio de uma rede sociotécnica que apoie os empreendimentos econômicos solidários pode-se mobilizar recursos monetários e não monetários, representado, principalmente, pelo voluntariado, como os profissionais que atuam sem receber pró-labore, pessoas que contribuem por desejo e acreditar que a construção de uma outra sociedade passa pelo fortalecimento da economia solidária. A interação das diferentes competências dos integrantes da rede pode contribuir para que o empoderamento das mulheres por meio da economia solidária construa uma economia feminista. Esse fato foi observado com as integrantes da Lavanderia 8 de Março, pois a partir da participação no empreendimento passaram a ter reconhecimento, a impor princípios e valores de cooperação também em suas casas. Para Guérin (2005) os recursos monetários não garantem o acesso à dignidade e ao respeito de si mesmo. A economia solidária contribui para se ter uma *justiça de proximidade* com o apoio de diferentes atores locais. Dessa forma, segundo a autora, é possível cobrir as lacunas da justiça centralizada, dos direitos formais que são inacessíveis, principalmente pelas mulheres. Assim, conclui: “*a justiça de proximidade consiste em primeiro lugar em corrigir as desigualdades provenientes de um acionamento deficiente dos direitos, em auxiliar as mulheres a melhor converter seus direitos formais em direitos reais. Em segundo lugar, ela consiste em completar esses direitos, cuja neutralidade se mostra*

insuficiente para abrandar as desigualdades provenientes de sua trajetória pessoal, de seu pertencimento de sexo, de seu pertencimento a um grupo social ou a um bairro desfavorecido”.

A autogestão é o resultado de uma construção. Por isso, como afirma Callon *et al.* (1999), deve-se ter mais atenção sobre o processo, aos fatores que agem isoladamente ou em interação para produzir determinado resultado. Não se pode colocar a meta, ou seja, a autogestão, acima da importância de todas as etapas e ações necessárias para alcançá-la.

O apoio à construção de empreendimentos econômicos solidários com mulheres voltados a atividades consideradas domésticas é recomendado, apesar dos calorosos debates que esse tema suscita. As mulheres, de forma geral, são exploradas no exercício de atividades não remuneradas consideradas domésticas. A criação que recebem é de cuidar de bonecas, da casa e ajudar a mãe em suas tarefas. Aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade muitas vezes apresentam histórico de violência e não têm sequer o ensino fundamental. Assim, o processo de exclusão é severo e deve-se ter uma solução urgente. Dessa forma, a atividade de lavar roupas, apesar de integrar o rol daquelas tidas como obrigatórias e naturais da mulher com o objetivo de submetê-la à exploração, também pode ser adotada para a emancipação. No caso da Lavanderia 8 de Março uma atividade considerada de proximidade da mulher possibilitou a construção de um empreendimento econômico solidário que propiciou a valorização de mulheres em situação de vulnerabilidade por meio de diferentes reciprocidades, fundamento estrutural da economia solidária.

Simone de Beauvoir, em seu livro *O segundo Sexo*, escrito em 1949, um clássico da literatura feminista, demonstra como o poder está concentrado nas mãos dos homens e o que se passa na vida das mulheres e a maneira pela qual elas são criadas justamente para serem menos que os homens. *“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino”* (Beauvoir, 1967). Afirma ainda que a mulher é resultado da história da civilização e da sua própria. Sua condição feminina começa a ser definida a partir de sua infância. O bebê feminino é fabricado para se tornar mulher, como diz Simone de Beauvoir. Os homens se apropriaram do poder em todos os sentidos, principalmente o poder econômico. À mulher não cabe produzir economicamente, sendo-lhe impostas atividades não remuneradas ou com baixa remuneração.

Pessoas que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que, combinado à falta de condições satisfatórias para viver, sofreram violência, foram excluídas e experimentaram privações diversas ordens, merecem um cuidado especial, pois não são as responsáveis pela sua própria condição. Tem que ser do interesse da sociedade a inserção socioeconômica. Por sua vez, as mulheres precisam buscar em si energia para refazer sua história.

7 | CONCLUSÃO

A experiência da Lavanderia 8 de Março mostrou que mulheres que eram pobres ou extremamente pobres transformaram as suas vidas de forma notável. A geração de renda associada ao resultado de ações de formação em aspectos da economia, contabilidade, técnicas de higienização de roupas, com mediação das relações interpessoais com um referencial teórico adequado e ao relacionamento com diferentes atores sociais, incluindo os clientes, possibilitaram as transformações. Estas mudanças ensejaram outras que são a base da construção de uma economia feminista. O aumento da autoestima foi determinante, pois passaram a se valorizar por ter função definida e endereço de trabalho quando se apresentam. Há três fatores que foram determinantes nessa experiência: o apoio do Estado, a construção de uma rede sociotécnica de apoio ao projeto e o trabalho concernente às relações interpessoais.

A avaliação de políticas se mostrou um referencial teórico e metodológico adequado para avaliar um projeto dessa natureza por possibilitar a compreensão das relações e fatos que ocorreram para a viabilização da Lavanderia 8 de Março como um empreendimento econômico solidário.

REFERÊNCIAS

- ABDUCH, C. *Grupos Operativos com Adolescentes*. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. *Cadernos, juventude, saúde e desenvolvimento*. v. 1 Brasília, DF, ago. 1999.v. 1.
- AMBLARD, H.; BERNOUX, P.; HERREROS, G.; LIVIAN, Y.F. *Les nouvelles approches sociologiques des organisations*. 3ª ed. Paris: Seuil, 2005. 244p.
- BARBIERI, L. ; RUFINO, S. A gestão da autogestão nas cooperativas. IN : ITCP – USP. *A gestão da autogestão na economia solidária*. Porto Alegre : Calábria ; São Paulo : ITCP-USP. 2007. p. 16 – 24.
- BARRETO, A. P. *Terapia Comunitária passo a passo*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008. 407P.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967. 500 p.
- BORDENAVE. J.E.D. *O que é participação*. São Paulo : Brasiliense. 1994. 84p.
- CAILLÉ, A. *Anti-utilitarisme et paradigme du don. Pour quoi?* Paris: Le Bord de L'Eau Éditions. 2014. 110 p.
- CDHU. *Programa de atuação em cortiços*: município de Santos. São Paulo: CDHU-SEADE. 2002. 40 p.
- CALLON, M. *Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc*. L'Année Sociologique, 1986. n 36. p. 169-208.
- CALLON, M ; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J. M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. *Réseau et coordination*. Paris: Economica. 1999. 13 – 64 p.

- CASTEL, O. La reciprocité au coeur de la structuration et du fonctionnement de l'économie sociale et solidaire.
- Revue Française de Socio-Économie*. Premier semestre. 2015. 175 – 192.
- COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. 5 ed. Petrópolis: Vozes. 2002.
- CONSEIL SCIENTIFIQUE DE L'EVALUATION. *Petit guide de l'évaluation des politiques publiques*. Paris: La documentation Française. 1996. 123 p.
- DIEESE. Salário mínimo necessário. <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Capturado em 15/10/2017.
- FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRS. 2004. 199 p.
- GARDIN, L. *Les initiatives solidaires. La reciprocité face au marché et à l'État*. Paris: Éditions Érès. 2006. 187 p.
- GUÉNEAU, M-C. Le Suivi-évaluation. p. 125-159. IN : MERCOIRET, M.R. *L'appui aux producteurs ruraux*. Nouvelle édition. Paris : Karthala. 2001. 463 p.
- GUÉRIN, I. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo : Edições Loyola. 2005. 239 p.
- GUÉRIN. I.; *Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale*. Paris: Éditions Érès. 2011. 382p.
- IBGE. Dados do censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2011. http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=35. Capturado em 02/05/2017.
- IBGE-PNAD. Coeficiente gini. https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7. Capturado em 20/06/2017.
- LAVILLE, J-L. Extraits de l'économie solidaire et de sociologie de l'association. *Revue Groupe d'Études et de Recherches sur le Fait Associatif*. 2000. 92 – 110.
- LOUÉ, S. ; DAUCÉ, P. ; LAPLANA, R. Eléments pour l'évaluation de l'impact des politiques agricoles à l'échelon de deux cantons aquitains. *Economie Rural*. n.247. 1998. p. 31 – 38.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Rio de Janeiro: E.P.U. 2013. 112p.
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. 536 p.
- MDS. Cadastro único da assistência social. <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>. Capturado em 01/11/2017.
- MILES, B.M. ; HUBERMAN, M.A. *Analyse des donnés qualitatives*. 2^a. édition. Paris : De boeck Université. 2003. 626 p.
- MULLER, P. *Les politiques publiques*. Paris. 5.ed. Presses Universitaires de France. 2003. 127 p.
- NESE. Núcleo de Pesquisa e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa de Emprego e Desemprego. <http://ww2.nese.unisantabr/Emprego/PED>. Capturado em 04/10/2017.
- NOVO MILÊNIO. Dos casarões históricos à história de abandono. <http://www.novomilenio.inf.br/>

santos/h0100b76.htm. Capturado em 22/06/2017.

PICHON-RIVIÈRE, E. *Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PNUD-ATLAS BRASIL. Coeficiente gini. <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Capturado em 20/06/2017.

PNUD. Ranking IDHM municípios 2010. <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Capturado em 02/06/2017.

PMS. Lei complementar nº688 de 28 de julho de 2010. http://www.santos.sp.gov.br/static/files/conteudo/Pag_Internas/L.C.%20688%2C%20de%2029%20de%20julho%20de%202010%20e%20Decreto.pdf. Capturado em 15/08/2017.

POLANYI, K. *A grande transformação*. As origens da nossa época. São Paulo: Elsevier Editora. 2000. 349p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Plano diretor. <http://www.agem.sp.gov.br/midia/Plano-Diretor-de-Santos.pdf>. Capturado em 22/06/2017a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Lei de uso de ocupação do solo. Lei Complementar Nº 688, de 29 de julho de 2010. <http://www.santos.sp.gov.br/?q=tags/lei-de-uso-e-ocupa-o-do-solo>. Capturado em 22/06/2017b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. http://www.santos.sp.gov.br/static/files/conteudo/Pag_Internas/L.C.%20688%2C%20de%2029%20de%20julho%20de%202010%20e%20Decreto.pdf,. Capturado em 22/06/2017c.

RODRIGUES, M.M.A. *Políticas públicas*. São Paulo: Publifolha. 2010. 94p. (Folha Explica).

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, nº 66. 2008 p. 131- 208.

SILVA, N.J.R. 2008. *Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas: análise dos casos do Vale do Ribeira e do Alto Vale do Itajaí*. São Paulo: Editora UNESP. 240p.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-27-7



9 788585 107277